



1. **Enquadramento da matéria** – pequeno contributo para a visão cronológica do fenómeno.

De uma forma simplista podem considerar-se três fases nas motivações subjacentes às soluções ortográficas adotadas em Portugal:

1ª - Até ao século XVI - FONÉTICA

- a escrita como reprodução do que se fala e do que se ouve.

2ª - Até fins do século XIX - ETIMOLÓGICA

- a escrita fiel às raízes gregas e latinas.

3ª - Entre a FONÉTICA e a ETIMOLÓGICA

A necessidade de uma reforma ortográfica foi sentida em vários momentos. Assim, em 1900 surge a proposta de Gonçalves Viana de formulação de regras ortográficas e em 1911 a concretização de uma reforma ortográfica, no sentido de uniformizar a escrita, constando da mesma o desaparecimento de consoantes dobradas; de *ph* (pharmacia), de *th* (theatro), de *rh* (rheumatismo); do *y* (lyrio) e a acentuação de palavras esdrúxulas (fábrica).

O Primeiro Acordo ortográfico data de 1931, envolvendo Portugal e Brasil, mas nunca foi posto em prática. Também a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945 não conseguiu unir ortograficamente os dois países, já que foi adotada em Portugal mas não para lá do Atlântico.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 reuniu países de língua oficial portuguesa, observadores da Galiza e, em 2004, após a independência, Timor-Leste. A Assembleia da República de Portugal ratificou-o em 2008. A sua entrada em vigor no sistema educativo aconteceu no ano letivo de 2011-12 e nas instituições e organismos dependentes do Estado em 1 de janeiro de 2012, tendo sido consignado um período transitório de seis anos. Os principais órgãos de comunicação social já o adotaram.

2. **Objetivos do Acordo Ortográfico**

O acordo ortográfico de 1990 tem como objetivo primário a unificação da ortografia a ser usada por todos os países que comungam do português como língua oficial e, deste modo, acabar com a divergência ortográfica entre o Brasil e os restantes países de

língua oficial portuguesa. Concorre, paralelamente, para a expansão, afirmação e prestígio do idioma.

A supremacia do critério fonético relativamente ao etimológico responde a uma aspiração de simplificação, já que aproxima a forma escrita da falada.

3. Vantagens/inconvenientes do acordo ortográfico.

Para além das vantagens implícitas no ponto 2, nomeadamente as de uniformização e de afirmação do idioma, acrescem as ligadas aos setores editorial e diplomático, pela redução das divergências ortográficas, bem como as de cariz pedagógico. No entanto, não é claro que aqui tenham deixado de existir áreas de conflito, em especial se atendermos à norma do português do Brasil referente à colocação do pronome em adjacência verbal.

No que concerne ao panorama pedagógico, não é de estranhar que para os aprendentes da escrita do português uma grafia de pendor fonético seja muito menos geradora de erro do que a etimológica. Contrariamente, as soluções (não)encontradas para determinadas situações não se revelam como uma condicionante facilitadora da aprendizagem, pela deriva de soluções encontradas. Situam-se nestes casos as diferentes regras para o (não)emprego do hífen e a dupla possibilidade de utilização de maiúsculas/minúsculas.

4. Proposta

Sendo a ortografia a única componente da língua que se deixa regular prescritivamente, parece ser de toda a conveniência que as modificações regulamentares atuassem no sentido da simplificação e, por consequência, da facilitação da aprendizagem. Seriam, portanto, de rever as regras de (não)utilização do hífen (as mais difíceis de assimilar e de interiorizar) a par das do emprego da minúscula/maiúsculas. Se aqui fosse aplicado o preceito de que só se grafam com maiúscula os nomes próprios, deixaria de haver essa coexistência, eliminando a regra de cortesia e deferência que parece estar na origem do uso de maiúsculas, por exemplo, nas formas de tratamento. O que mais preocupa os professores é o espaço discricionário que o acordo abre e que deixa ao critério do falante optar por uma grafia em vez de outra, como acontece com a 3.^a pessoa do plural das formas do pretérito perfeito do indicativo, e com a sequência consonântica ct, que, com o princípio da oscilação da pronúncia tem duas formas admissíveis (característica ou caraterística; conetivo ou conectivo). Isto não é simplificar, mas complicar.

5. Outras questões

Qual o papel do professor quando corrige textos de alunos dos PALOP, Brasil...
respeitar a sua norma ortográfica nos casos de divergência?? Se sim, como
compatibilizar tal atitude com a dos exames nacionais.

O Departamento de Línguas da EB 2,3 D. Martim Fernandes